



MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO
PROCURADORIA REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO
Seção de Licitações e Compras

**AVISO DE DISPENSA ELETRÔNICA Nº 3/2026 – UASG 200050
(PGEA nº 20.02.0200.0000559/2026-52)**

Torna-se público que a Procuradoria Regional do Trabalho da 2ª Região realizará **dispensa eletrônica**, com critério de julgamento menor preço, na hipótese do art. 75, inciso II, da Lei nº 14.133/2021, da Instrução Normativa SEGES/ME nº 67/2021, da Portaria PGR/MPU nº 148/2022 e demais normas aplicáveis.

Data da sessão pública: 18/05/2026

Horário da fase de lances: das 09:00 às 15:00

Link: <https://www.gov.br/compras/pt-br>

1. OBJETO DA DISPENSA ELETRÔNICA

1.1. O objeto da presente dispensa eletrônica é a escolha da proposta mais vantajosa para a contratação de empresa especializada para prestação de **serviços de controle preventivo de vetores e pragas urbanas, compreendendo a desinsetização, desratização e descupinização**, a serem prestados em **2 fases**, incluindo toda a mão de obra, equipamentos, materiais, insumos e EPI's necessários, nas dependências (**áreas internas e externas**) das unidades da Procuradoria Regional do Trabalho da 2ª Região, pelo critério de **menor preço global**, conforme condições e exigências estabelecidas neste Aviso de Contratação Direta e seus anexos.

1.2. A prestação dos serviços ocorrerá em 6 unidades, conforme tabela constante abaixo:

LOCAL	ENDEREÇO
1	Procuradoria Regional do Trabalho da 2ª Região – SEDE Rua Cubatão nº 322, Paraíso, São Paulo/SP, CEP 04013-001. Área total do imóvel (m²): 12.320
2	Procuradoria do Trabalho no Município de Barueri Rua Rio Grande do Sul nº 181, Vila Boa Vista, Barueri/SP, CEP 06411-060. Área total do imóvel (m²): 650
3	Procuradoria do Trabalho no Município de Guarulhos Rua Rafael Balzani nº 161, Vila Moreira, Guarulhos/SP, CEP 07020-091. Área total do imóvel (m²): 660
4	Procuradoria do Trabalho no Município de Mogi das Cruzes Rua Professora Leonor de Oliveira Melo nº 159, Jardim Santista, Mogi das Cruzes/SP, CEP 08730-140. Área total do imóvel (m²): 330
5	Procuradoria do Trabalho no Município de Santos Avenida Conselheiro Nébias nº 444, 12º andar, Encruzilhada, Santos/SP, CEP: 11045-000. Área total do imóvel (m²): 554
6	Procuradoria do Trabalho no Município de São Bernardo do Campo



MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO
PROCURADORIA REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO
Seção de Licitações e Compras

LOCAL	ENDEREÇO
	Rua Silva Jardim nº 187, 15º andar, Centro, São Bernardo do Campo/SP, CEP: 09715-090. Área total do imóvel (m²): 444

1.3. Em caso de discordância existente entre as especificações deste objeto descritas no Portal de Compras do Governo Federal e as especificações constantes deste Aviso, prevalecerão as últimas.

1.4. Previamente à apresentação de proposta comercial, a empresa interessada poderá efetuar vistoria para conhecimento das condições e demais especificidades da execução dos serviços, conforme disposto no item 4.2 do Termo de Referência, parte integrante deste Aviso de Contratação Direta.

1.5. Não é admitida a subcontratação do objeto contratual, conforme disposto no item 4.4 do Termo de Referência, parte integrante deste Aviso de Contratação Direta.

2. PARTICIPAÇÃO NA DISPENSA ELETRÔNICA

2.1. A participação na presente dispensa eletrônica dar-se-á mediante utilização do Sistema de Dispensa Eletrônica integrante do Portal de Compras do Governo Federal, disponível no endereço eletrônico acima mencionado;

2.1.1. Os fornecedores deverão atender aos procedimentos previstos no Manual do Sistema de Dispensa Eletrônica, disponível no Portal de Compras do Governo Federal, para acesso ao sistema e operacionalização;

2.1.2. O fornecedor é o responsável por qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante no Sistema de Dispensa Eletrônica, não cabendo ao provedor do sistema ou à Procuradoria Regional do Trabalho da 2ª Região a responsabilidade por eventuais danos decorrentes do uso indevido da senha, ainda que por terceiros não autorizados.

2.2. Não poderão participar desta dispensa os fornecedores:

2.2.1. Que não atendam às condições deste Aviso de Contratação Direta e seus anexos;

2.2.2. Empresas estrangeiras que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

2.2.3. Que se enquadrem nas seguintes vedações:

2.2.3.1. Autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a contratação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

2.2.3.1.1. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico;

2.2.3.2. Empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a contratação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;



MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO
PROCURADORIA REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO
Seção de Licitações e Compras

2.2.3.3. Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da contratação, impossibilitada de contratar em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

2.2.3.3.1. Inclui-se nesta vedação o fornecedor que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do fornecedor;

2.2.3.4. Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente da Procuradoria Regional do Trabalho da 2ª Região ou com servidor que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

2.2.3.5. Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404/1976, concorrendo entre si;

2.2.3.6. Pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do aviso, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

2.2.4. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público – OSCIP, atuando nessa condição (Acórdão TCU nº 746/2014 – Plenário);

2.2.5. Sociedades cooperativas.

3. INGRESSO NA DISPENSA ELETRÔNICA E CADASTRAMENTO DA PROPOSTA INICIAL

3.1. O ingresso do fornecedor na disputa da dispensa eletrônica se dará com o cadastramento de sua proposta inicial, na forma deste item.

3.2. O fornecedor interessado, após a divulgação do Aviso de Contratação Direta, encaminhará, exclusivamente por meio do Sistema de Dispensa Eletrônica, a proposta com a descrição do objeto ofertado, a marca do produto, quando for o caso, e o preço, até a data e o horário estabelecidos para abertura do procedimento.

3.3. Todas as especificações do objeto contidas na proposta, em especial o preço, vinculam a contratada.

3.4. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na prestação dos serviços.

3.5. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do fornecedor, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto;

3.5.1. Possíveis indefinições, omissões, falhas ou incorreções das especificações não poderão constituir pretexto para a contratada cobrar serviços extras ou alterar a composição de preços. Considerar-se-á a contratada como altamente especializada nos serviços em questão e, por conseguinte, deverá ter computado, no valor global da sua proposta, todos os custos diretos e indiretos de serviços, equipamentos, materiais, peças e insumos necessários à perfeita e completa consecução do objeto.



MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO
PROCURADORIA REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO
Seção de Licitações e Compras

3.6. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

3.7. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

3.8. A apresentação da proposta implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nela contida, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar os serviços nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

3.9. Uma vez enviada a proposta no sistema, os fornecedores **NÃO** poderão retirá-la, substituí-la ou modificá-la, sendo que tal impedimento decorre do funcionamento do próprio sistema.

3.10. No cadastramento da proposta inicial, o fornecedor deverá, também, assinalar “sim” ou “não” em campo próprio do sistema eletrônico, às seguintes declarações:

3.10.1. Que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;

3.10.2. Que cumpre os requisitos estabelecidos no art. 3º da Lei Complementar nº 123/2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, em caso de microempresa ou empresa de pequeno porte;

3.10.2.1. Neste caso, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o fornecedor não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123/2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa;

3.10.3. Que está ciente e concorda com as condições contidas no Aviso de Contratação Direta e seus anexos;

3.10.4. Que assume a responsabilidade pelas transações que forem efetuadas no sistema, assumindo como firmes e verdadeiras;

3.10.5. Que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, de que trata o art. 93 da Lei nº 8.213/1991;

3.10.6. Que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição.

4. FASE DE LANCES

4.1. A partir do dia e hora estabelecidos no preâmbulo deste Aviso de Contratação Direta, a sessão pública será automaticamente aberta pelo sistema para o envio de lances públicos e sucessivos, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo encerrado no horário de finalização de lances também já previsto neste aviso.

4.2. Iniciada a etapa competitiva, os fornecedores deverão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

4.3. O lance deverá ser ofertado sobre o **PREÇO GLOBAL**;



MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO
PROCURADORIA REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO
Seção de Licitações e Compras

4.3.1. O fornecedor somente poderá apresentar proposta para o valor global, abrangendo todos os locais;

4.3.2. O fornecedor deverá indicar em sua proposta comercial os preços unitário e total para cada local e o preço global dos serviços, conforme Termo de Referência, Seção I, item 5.

4.4. O fornecedor somente poderá oferecer valor inferior em relação ao último lance por ele ofertado e registrado pelo sistema.

4.5. O fornecedor poderá oferecer lances sucessivos iguais ou superiores ao lance que esteja vencendo o certame, desde que inferiores ao menor por ele ofertado e registrado pelo sistema, sendo tais lances definidos como “lances intermediários” para os fins deste Aviso de Contratação Direta.

4.6. O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao que cobrir a melhor oferta é de **R\$ 10,00**.

4.7. Havendo lances iguais ao menor já ofertado, prevalecerá aquele que for recebido e registrado primeiro no sistema.

4.8. Caso o fornecedor não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta original.

4.9. Durante o procedimento, os fornecedores serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do fornecedor.

4.10. Imediatamente após o término do prazo estabelecido para a fase de lances, haverá o seu encerramento, com o ordenamento e divulgação dos lances, pelo sistema, em ordem crescente de classificação.

4.11. O encerramento da fase de lances ocorrerá de forma automática pontualmente no horário indicado, sem qualquer possibilidade de prorrogação e não havendo tempo aleatório ou mecanismo similar.

5. JULGAMENTO DAS PROPOSTAS DE PREÇOS

5.1. Encerrada a fase de lances, será verificada a conformidade da proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação do objeto e à compatibilidade do preço em relação ao estipulado para a contratação.

5.2. No caso de o preço da proposta vencedora estar acima do estimado pela Administração, poderá haver a negociação de condições mais vantajosas;

5.2.1. Neste caso, será encaminhada contraproposta ao fornecedor que tenha apresentado o melhor preço, para que, no **prazo de 30 (trinta) minutos**, seja obtida melhor proposta com preço compatível ao estimado pela Administração;

5.2.2. A negociação poderá ser feita com os demais fornecedores classificados, respeitada a ordem de classificação, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido para a contratação;

5.2.3. Em qualquer caso, concluída a negociação, o resultado será registrado na ata do procedimento da dispensa eletrônica.

5.3. O **PREÇO GLOBAL MÁXIMO** aceitável para a presente contratação, conforme item 13.3 do Termo de Referência, é de **R\$ 8.664,18**;



MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO
PROCURADORIA REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO
Seção de Licitações e Compras

5.3.1. Cumulativamente ao item anterior, **deverão ser respeitados também os preços unitários definidos para cada localidade**, previstos no mesmo item do Termo de Referência acima citado.

5.4. Estando o preço compatível, será solicitado o envio da proposta adequada ao último lance, conforme modelo disponibilizado e, se necessário, de documentos complementares, no **prazo de 2 (duas) horas**.

5.5. O prazo de validade da proposta não será inferior a **90 (noventa) dias**, a contar da data de sua apresentação.

5.6. Será desclassificada a proposta vencedora que:

5.6.1. Contiver vícios insanáveis;

5.6.2. Não obedecer às especificações técnicas pormenorizadas neste aviso ou em seus anexos;

5.6.3. Apresentar preços inexequíveis ou que permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

5.6.4. Não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

5.6.5. Apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste aviso ou seus anexos, desde que insanável.

5.7. Quando o fornecedor não conseguir comprovar que possui ou possuirá recursos suficientes para executar a contento o objeto, será considerada inexequível a proposta de preços ou menor lance que:

5.7.1. For inferior a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração;

5.7.2. A inexequibilidade, na hipótese tratada no subitem anterior, só será considerada após diligência da Administração que comprove:

5.7.2.1. Que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e,

5.7.2.2. Inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

5.8. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove sua exequibilidade.

5.9. As propostas e planilhas poderão ser ajustadas pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço;

5.9.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas.

5.10. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

5.11. Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, será examinada a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

5.12. Havendo necessidade, a sessão será suspensa, informando-se no “chat” a nova data e horário para a sua continuidade.



MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO
PROCURADORIA REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO
Seção de Licitações e Compras

5.13. Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, iniciar-se-á a fase de habilitação, observado o disposto neste Aviso de Contratação Direta.

6. HABILITAÇÃO

6.1. Os documentos a serem exigidos para fins de habilitação constam do “Anexo I – Da Proposta e Documentos de Habilitação” deste Aviso de Contratação Direta;

6.1.1. A verificação dos documentos tratada neste item será realizada no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, ou em outras bases de dados mantidas pelo Poder Público, assegurado aos demais participantes o direito de acesso aos dados, exceto os que não constem dos referidos sistemas, os quais deverão ser apresentados pelo fornecedor mais bem classificado na fase de lances.

6.2. Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do fornecedor detentor da proposta classificada em primeiro lugar, será verificado o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

6.2.1. Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF;

6.2.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS (<https://portal.datransparencia.gov.br/sancoes/consulta?ordenarPor=nomeSancionado&direcao=asc>);

6.2.3. Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade (https://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php);

6.2.4. Sistema de Inabilitados e Inidôneos mantido pelo Tribunal de Contas da União (<https://contas.tcu.gov.br/ords/f?p=INABILITADO:INIDONEOS>);

6.2.5. Para a consulta de fornecedores pessoa jurídica poderá haver a substituição das consultas dos subitens 6.2.2 a 6.2.4 pela Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do Tribunal de Contas da União (<https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br/>).

6.3. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa fornecedora e também de seu sócio majoritário, por força do art. 12 da Lei nº 8.429/1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário;

6.3.1. Caso conste na consulta ao SICAF a existência de ocorrências impeditivas indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no relatório;

6.3.2. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros;

6.3.3. O fornecedor será convocado para manifestação previamente à sua desclassificação;

6.3.4. Constatada a existência de sanção, o fornecedor será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.



MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO
PROCURADORIA REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO
Seção de Licitações e Compras

6.4. Caso atendidas as condições de participação, a habilitação dos fornecedores será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos;

6.4.1. É dever do fornecedor atualizar previamente as comprovações constantes do SICAF para que estejam vigentes na data da abertura da sessão pública, ou encaminhar, quando solicitado, a respectiva documentação atualizada;

6.4.2. O descumprimento do subitem acima implicará na inabilitação do fornecedor, exceto se a consulta aos sítios eletrônicos oficiais emissores de certidões lograr êxito em encontrar as certidões válidas.

6.5. Havendo a necessidade de envio de documentos de habilitação complementares, necessários à confirmação daqueles exigidos neste Aviso de Contratação Direta e já apresentados, o fornecedor será convocado a encaminhá-los, em formato digital, após solicitação da Administração, no **prazo de 2 (duas) horas**, sob pena de inabilitação.

6.6. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital.

6.7. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual – MEI, que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar nº 123/2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal e da apresentação do balanço patrimonial e das demonstrações contábeis do último exercício.

6.8. Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, a sessão será suspensa, sendo informada a nova data e horário para a sua continuidade.

6.9. Será inabilitado o fornecedor que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos ou por apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Aviso de Contratação Direta.

6.10. Na hipótese de o fornecedor não atender às exigências para a habilitação, o órgão ou entidade examinará a proposta subsequente, e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda às especificações do objeto e às condições de habilitação.

6.11. Constatado o atendimento às exigências de habilitação, o fornecedor será habilitado.

7. CONTRATAÇÃO

7.1. Após a homologação e a adjudicação, caso se conclua pela contratação, será firmado o respectivo termo de contrato;

7.1.1. O adjudicatário terá o prazo de 5 (cinco) dias úteis para assinar o instrumento contratual, contados da data de sua convocação, que poderá ser feita por meio eletrônico, sob pena de decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no Termo de Referência;

7.1.2. Para a assinatura digital do contrato, dentro do prazo previsto no item anterior, o adjudicatário deverá efetuar seu pré-cadastro no sistema Protocolo Administrativo Eletrônico, seguindo as orientações disponíveis no portal: <https://protocoloadministrativo.mpt.mp.br/login>;

7.1.3. O prazo previsto para assinatura do contrato poderá ser prorrogado por solicitação justificada do adjudicatário e desde que aceita pela Administração;



MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO
PROCURADORIA REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO
Seção de Licitações e Compras

7.1.4. Na assinatura do contrato ou do instrumento equivalente será exigida a comprovação das condições de habilitação e contratação consignadas neste Aviso, que deverão ser mantidas pela empresa durante toda a vigência do contrato.

7.2. Serão partes integrantes do contrato a proposta apresentada pela empresa vencedora, com todos os seus elementos que tenham servido de base para o julgamento do certame, bem como este Aviso e seus anexos, nos quais se inclui o Termo de Referência, independentemente de transcrição.

7.3. São vedadas a terceirização, a subcontratação ou a veiculação de qualquer notícia sobre o contrato, sem prévia e expressa anuência da Administração, sob pena de aplicação das penalidades legais e administrativas.

7.4. O contrato terá período de vigência de 1 (um) ano, prorrogável sucessivamente, respeitada a vigência máxima decenal, de acordo com as condições estabelecidas no item 10 do Termo de Referência.

8. SANÇÕES

8.1. Com amparo nas disposições constantes no art. 6º, IX, e no art. 155 e seguintes da Lei nº 14.133/2021, a proponente e a contratada poderão ser responsabilizadas administrativamente pelas infrações administrativas cometidas no procedimento que preceder a contratação ou na execução do contrato, de acordo com o disposto no item 12 do Termo de Referência, na [Portaria PGR/MPU nº 178/2023](#) e na [IN DG nº 2/2024](#), partes integrantes deste Aviso de Contratação Direta.

9. DISPOSIÇÕES GERAIS

9.1. O procedimento será divulgado no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP e encaminhado automaticamente aos fornecedores registrados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, por mensagem eletrônica, na correspondente linha de fornecimento que pretende atender.

9.2. No caso de todos os fornecedores restarem desclassificados ou inabilitados (dispensa fracassada), a Administração poderá:

9.2.1. Republicar o presente aviso com uma nova data;

9.2.2. Valer-se, para a contratação, de proposta obtida na pesquisa de preços que serviu de base ao procedimento, se houver, privilegiando-se os menores preços, sempre que possível, e desde que atendidas às condições de habilitação exigidas;

9.2.2.1. No caso do subitem anterior, a contratação será operacionalizada fora deste procedimento;

9.2.3. Fixar prazo para que possa haver adequação das propostas ou da documentação de habilitação, conforme o caso.

9.3. As providências dos subitens 9.2.1 e 9.2.2 acima poderão ser utilizadas se não houver o comparecimento de quaisquer fornecedores interessados (dispensa deserta).

9.4. Havendo a necessidade de realização de ato de qualquer natureza pelos fornecedores, cujo prazo não conste neste Aviso de Contratação Direta, deverá ser atendido o prazo indicado pelo agente competente da Administração na respectiva notificação.



MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO
PROCURADORIA REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO
Seção de Licitações e Compras

9.5. Caberá ao fornecedor acompanhar as operações, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda do negócio diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

9.6. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário.

9.7. Os horários estabelecidos na divulgação deste procedimento e durante o envio de lances observarão o horário de Brasília/DF, inclusive para contagem de tempo e registro no sistema e na documentação relativa ao procedimento.

9.8. No julgamento das propostas e da habilitação, a Administração poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

9.9. As normas disciplinadoras deste Aviso de Contratação Direta serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

9.10. Os fornecedores assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo de contratação.

9.11. Em caso de divergência entre disposições deste Aviso de Contratação Direta e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste aviso.

9.12. Da sessão pública será divulgada a respectiva ata no sistema eletrônico.

9.13. Integram este Aviso de Contratação Direta, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

Anexo I – Da Proposta e Documentos de Habilitação
Anexo II – Modelo de Declaração
Anexo III – Modelo de Proposta Comercial
Anexo IV – Minuta do Termo de Contrato
Anexo V – Termo de Referência

São Paulo, *data da assinatura eletrônica.*

assinado eletronicamente
KLEIBER VITORETTI
Seção de Licitações e Compras



MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO
PROCURADORIA REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO
Seção de Licitações e Compras

ANEXO I – DA PROPOSTA E DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

1. Proposta comercial elaborada observando-se as disposições e especificações contidas neste Aviso de Contratação Direta, apresentada conforme modelo constante no **Anexo III**;
2. Declaração assinada pelo representante legal da empresa, conforme modelo contido no **Anexo II**;
3. Inscrição, ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado no órgão competente, acompanhado de procuração, quando for o caso;
4. Documento de identificação de seus administradores e eventuais procuradores;
5. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ);
6. Prova de regularidade com a Fazenda Nacional (certidão conjunta da RFB e da PGFN), com o Banco Nacional de Devedores Trabalhistas (certidão expedida pelo TST) e com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (certificado de regularidade do FGTS); sendo que tais certidões poderão ser obtidas através do SICAF;
7. Certidão negativa de falência e recuperação judicial expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, nos últimos 90 dias ou com vigência dentro daquela estipulada no corpo da própria certidão;
8. Atestado(s) de capacidade técnico-operacional da empresa, fornecido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove(m) ter executado serviços compatíveis com os estabelecidos neste Aviso e seus anexos;
9. Licença de funcionamento da empresa aprovada pela Vigilância Sanitária ou licença ambiental, conforme estabelecido no art. 5º da Resolução – RDC nº 52 de 22/10/2009 do Ministério da Saúde;
10. Certificado de registro do(s) profissional(ais) responsável(eis) técnico(s) e da empresa junto ao Conselho Regional correspondente, conforme estabelecido no art. 8º da Resolução – RDC nº 52 de 22/10/2009 do Ministério da Saúde; sendo que o profissional será o responsável técnico pelos serviços objeto da contratação e seu vínculo com a empresa poderá ser demonstrado mediante a apresentação de um dos seguintes documentos: i) cópia da carteira de trabalho (CTPS), com registro do contrato de trabalho efetuado pela empresa proponente; ii) cópia do contrato social da empresa proponente, no qual o profissional figure como sócio; ou, iii) no caso de profissional autônomo, cópia do contrato de prestação de serviços celebrado entre a proponente e o profissional, com reconhecimento de firma das partes.



MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO
PROCURADORIA REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO
Seção de Licitações e Compras

AVISO IMPORTANTE!

Senhores licitantes, pedimos atenção à Instrução Normativa DG/MPT nº 02/2024, que estabelece a dosimetria das sanções aplicadas tanto no procedimento licitatório, quanto na execução dos contratos, em especial:

- a)** Deixar de entregar a documentação exigida para o certame: Pena base – **4 meses** de impedimento de licitar e contratar com a União;
- b)** Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado: Pena base – **12 meses** de impedimento de licitar e contratar com a União;
- c)** Apresentar declaração ou documentação falsa durante a licitação: Pena base – **48 meses** de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar;
- d)** Fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato: Pena base – **54 meses** de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar;
- e)** Comportar-se de modo inidôneo: Pena base – **54 meses** de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar;
- f)** Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação: Pena base – **54 meses** de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.



MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO
PROCURADORIA REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO
Seção de Licitações e Compras

ANEXO II – MODELO DE DECLARAÇÃO

_____ (responsável legal), portador(a) do RG nº _____ e CPF nº _____, DECLARA sob as penas da lei, em nome da empresa _____ (razão social), inscrita no CNPJ sob o nº _____, estabelecida na _____ (endereço completo), QUE:

- Para fins do disposto no art. 3º da Resolução/CNMP nº 37/2009, do Conselho Nacional do Ministério Público, não possui sócio, gerente ou diretor que seja cônjuge, companheiro ou parente até o terceiro grau de membros do Ministério Público da União e nem de servidores que sejam ocupantes de cargo de direção ou chefia.
- Conforme disposto no art. 93 da Lei nº 8.213/1991, está ciente do cumprimento da reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que, se aplicado ao número de funcionários da minha empresa, atendo às regras de acessibilidade previstas na legislação.
- Até a presente data inexistem fatos impeditivos para licitar ou contratar com a Administração Pública, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.
- Tem pleno conhecimento e concorda com todas as condições contidas no Termo de Referência e demais documentos do procedimento de contratação, bem como cumpre plenamente os requisitos de habilitação.
- Possui conhecimento pleno das condições e peculiaridades do local de execução, caso opte por não efetuar a vistoria prévia, quando a avaliação prévia do local for imprescindível para a execução do objeto contratual.
- A proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, leis trabalhistas, convenções coletivas de trabalho e outras normas infralegais pertinentes.
- Cumpre o disposto no art. 7º, XXXIII, da Constituição Federal, que proíbe o trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de 18 anos e qualquer trabalho a menores de 16 anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 anos.
- Tem responsabilidade pelas transações que forem efetuadas no sistema, assumindo como firmes e verdadeiras.

Cargo:

Local e Data:



MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO
PROCURADORIA REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO/SP

ANEXO III – MODELO DE PROPOSTA COMERCIAL

NOME DA EMPRESA:					
CNPJ:					
ENDEREÇO:					
BAIRRO:		CIDADE/UF:		CEP:	
FONE:		E-MAIL:			
NOME PARA CONTATO:					
DADOS PARA PAGAMENTO:	BANCO:				
	AGÊNCIA:		CONTA CORRENTE:		

OBJETO: Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de controle preventivo de vetores e pragas urbanas, compreendendo a desinsetização, desratização e descupinização, a serem prestados em 2 fases, incluindo toda a mão de obra, equipamentos, materiais, insumos e EPI's necessários, nas dependências (áreas internas e externas) das unidades da Procuradoria Regional do Trabalho da 2ª Região, pelo critério de menor preço global, conforme condições e exigências estabelecidas no Aviso de Contratação Direta e seus anexos.

ITEM UNICO						
LOCAL	ENDEREÇO	DESCRIÇÃO DO SERVIÇO	QTDE DE FASES	AREA TOTAL DO IMÓVEL (M²)	PREÇO POR FASE (R\$)	PREÇO TOTAL POR IMÓVEL (2 FASES) (R\$)
1	SEDE PRT 2ª. Região - Rua Cubatão nº 322, Paraíso, CEP 04013-001, São Paulo/SP.	Prestação de serviços de controle preventivo de vetores e pragas urbanas, compreendendo a desinsetização, desratização e descupinização, pelo critério de menor preço global, a serem prestados em 02 fases, incluindo toda a mão de obra, equipamentos, materiais, insumos, EPIs etc. necessários, de acordo com as exigências do termo de referência, nas dependências (áreas internas e externas), das Unidades da Procuradoria Regional	02	12.320		
2	PTM de Barueri - Rua Rio Grande do Sul nº 181, Vila Boa Vista, CEP 06411-060, Barueri/SP.		02	650		
3	PTM de Guarulhos - Rua Rafael Balzani nº 161, Vila Moreira, CEP 07020-091, Guarulhos/SP.		02	660		
4	PTM de Mogi das Cruzes - Rua Professor Leonor de Oliveira Melo nº 159, Jardim Santista, CEP 08730-140, Mogi das Cruzes/SP.		02	330		
5	PTM de Santos - Avenida Conselheiro Nébias, 444, 12º andar. Encruzilhada -		02	554		



MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO
PROCURADORIA REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO/SP

ITEM ÚNICO						
LOCAL	ENDEREÇO	DESCRIÇÃO DO SERVIÇO	QTDE DE FASES	AREA TOTAL DO IMÓVEL (M²)	PREÇO POR FASE (R\$)	PREÇO TOTAL POR IMÓVEL (2 FASES) (R\$)
	Santos/SP, CEP: 11045-000	do Trabalho da 2ª Região.				
6	PTM de São Bernardo do Campo - Rua Silva Jardim, 187, 15º andar. Centro – São Bernardo do Campo/SP, CEP: 09715-090		02	444		
PREÇO GLOBAL (R\$)						

VALIDADE DA PROPOSTA: mínima de **90 (noventa) dias**, contados da data de sua apresentação.

O preço proposto deverá abranger todos os custos diretos e indiretos relacionados à execução do objeto da contratação, tais como encargos operacionais, trabalhistas, sociais e tributários.

A contratação será regida pela Lei nº 14.133/2021 e, subsidiariamente, pelo Código Civil Brasileiro e pelo Código de Defesa do Consumidor.

Declaramos que examinamos, conhecemos e nos submetemos a todas as condições contidas no Aviso de Contratação Direta e seus anexos, bem como verificamos todas as especificações neles contidas, não havendo discrepância entre quaisquer informações ou documentos que deles façam parte, e estamos cientes de todas as condições que possam, de qualquer forma, influir nos custos, assim como qualquer despesa relativa à realização integral de seu objeto, assumindo total responsabilidade pelas informações.

Local e Data:

Assinatura:

Nome:

RG:

Cargo:



MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO
PROCURADORIA REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO

CONTRATO Nº **XX/2026**

ANEXO IV – MINUTA DO TERMO DE CONTRATO

A UNIÃO FEDERAL, por intermédio do MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO / PROCURADORIA REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO, com sede na Rua Cubatão nº 322, São Paulo/SP, CNPJ nº 26.989.715/0033-90, neste ato representada por sua Procuradora-Chefe Vera Lúcia Carlos, conduzida ao cargo pela Portaria PGT nº 1.455, de 29/09/2025, no uso das atribuições que lhe foram delegadas pela Portaria PGT nº 1.728, de 02/10/2017, ambas do Procurador Geral do Trabalho, a seguir designada simplesmente **CONTRATANTE**, e, de outro lado, a empresa (**razão social**), com sede (**endereço completo**), CEP: **XXXXX**, telefone **XXXXX**, e-mail **XXXXX**, CNPJ nº **XXXXX**, neste ato representada por (**qualificação completa**), RG nº **XXXXX**, CPF nº **XXXXX**, daqui por diante designada simplesmente **CONTRATADA**, considerando os elementos constantes do processo eletrônico de gestão administrativa nº **20.02.0200.0000559/2026-52**, e em conformidade com as disposições contidas na Lei nº 14.133/2021 e demais normas que regem a matéria, resolvem celebrar o presente **CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE DEDETIZAÇÃO PARA AS UNIDADES DA PRT2**, mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

Prestação de serviços de **controle preventivo de vetores e pragas urbanas, compreendendo a desinsetização, desratização e descupinização**, a serem prestados em **2 fases**, incluindo toda a mão de obra, equipamentos, materiais, insumos e EPI's necessários, nas dependências (**áreas internas e externas**) das unidades da Procuradoria Regional do Trabalho da 2ª Região.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA DOCUMENTAÇÃO COMPLEMENTAR

O fornecimento do objeto obedecerá ao estipulado neste contrato, às disposições contidas no Termo de Referência e seus anexos, às obrigações assumidas na “Proposta Comercial” da CONTRATADA e aos demais documentos constantes do processo eletrônico de gestão administrativa nº **20.02.0200.0000559/2026-52**, os quais, independentemente de transcrição, fazem parte integrante e complementar deste contrato.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO REGIME DE EXECUÇÃO

Este contrato tem o regime de **execução indireta**, na modalidade de **empreitada por preço global**.

CLÁUSULA QUARTA – DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

CONTRATANTE E CONTRATADA obrigam-se quanto ao estabelecido no **item 5** do Termo de Referência, parte integrante deste contrato.



MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO
PROCURADORIA REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO

CONTRATO Nº XX/2026

PARÁGRAFO PRIMEIRO – A CONTRATADA obriga-se a manter, durante toda a execução do contrato, todas as condições exigidas para a habilitação na licitação, ou para a qualificação, na contratação direta.

PARÁGRAFO SEGUNDO – A CONTRATADA obriga-se a cumprir as exigências de reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social e para aprendiz.

CLÁUSULA QUINTA – DA GESTÃO DO CONTRATO

A gestão e a fiscalização do contrato serão efetuadas por servidores da CONTRATANTE designados para essa finalidade, em conformidade com o disposto na Lei nº 14.133/2021 e nas normas internas da CONTRATANTE, conforme **item 7** do Termo de Referência, parte integrante deste contrato.

CLÁUSULA SEXTA – DA VIGÊNCIA

O período de vigência do contrato será de **1 (um) ano**, contado da sua assinatura, o qual poderá ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos, a critério da CONTRATANTE, com a anuência da CONTRATADA, observado o limite legal máximo de 10 (dez) anos, sendo que a não prorrogação não gera direito de indenização à CONTRATADA.

CLÁUSULA SÉTIMA – DO PREÇO

A CONTRATANTE pagará à CONTRATADA, pelos serviços efetivamente prestados, o **preço global de R\$ XX,XX**.

PARÁGRAFO ÚNICO – No preço global estão incluídos todos os custos decorrentes da execução do objeto da contratação, tais como encargos operacionais, trabalhistas, sociais, tributários, entre outros.

CLÁUSULA OITAVA – DO REAJUSTE

As disposições sobre reajuste encontram-se no **item 10.6** do Termo de Referência, parte integrante deste contrato.

CLÁUSULA NONA – DO PAGAMENTO

CONTRATANTE E CONTRATADA obrigam-se quanto ao estabelecido no **item 8** do Termo de Referência, parte integrante deste contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA



MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO
PROCURADORIA REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO

CONTRATO Nº XX/2026

As despesas decorrentes da presente contratação correrão por conta dos recursos específicos consignados no orçamento do Ministério Público do Trabalho, Programa/Atividade 03.062.0031.4262.0001 – Defesa do Interesse Público no Processo Judiciário, elemento de despesa 3390.3978 – Limpeza e Conservação.

PARÁGRAFO ÚNICO – Para a cobertura das despesas foi emitida a **Nota de Empenho nº XXXXX**.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

As sanções administrativas aplicáveis em razão do descumprimento das obrigações encontram-se especificadas no **item 12** do Termo de Referência, parte integrante deste contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA EXTINÇÃO DO CONTRATO

Este contrato poderá ser extinto pela CONTRATANTE, sendo que os motivos para uma eventual extinção, a forma como ela ocorrerá e suas consequências, são aqueles previstos nos artigos 137 a 139 da Lei nº 14.133/2021.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – A CONTRATANTE poderá extinguir este contrato, sem ônus, antes do término de sua vigência, quando não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que o contrato não mais lhe oferece vantagem, consoante disposto no art. 106, III, da Lei nº 14.133/2021.

PARÁGRAFO SEGUNDO – Para a extinção referida no parágrafo anterior, a CONTRATANTE deverá notificar a CONTRATADA com pelo menos 2 (dois) meses de antecedência da data de aniversário do contrato.

PARÁGRAFO TERCEIRO – Os casos de extinção contratual serão formalmente motivados nos autos do processo, assegurados o contraditório e a ampla defesa, em conformidade com a Portaria PGR/MPU nº 178, de 13/09/2023.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DO PROCESSO, DA DEFESA E DOS RECURSOS

Determinada a abertura de processo para aplicação de qualquer sanção referida na cláusula décima primeira, bem como para extinção contratual disciplinada na cláusula décima segunda, a CONTRATADA será notificada para apresentação de DEFESA PRELIMINAR, no prazo de **15 (quinze) dias úteis** a contar da intimação, na forma dos artigos 44 e 45 da Portaria PGR/MPU nº 178, de 13/09/2023.



MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO
PROCURADORIA REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO

CONTRATO Nº XX/2026

PARÁGRAFO PRIMEIRO – Quando for o caso de aplicação exclusiva das sanções previstas no art. 156, I e II, da Lei nº 14.133/2021 (advertência e multa), o procedimento sumário seguirá conforme o art. 57 e seguintes da Portaria PGR/MPU nº 178, de 13/09/2023.

PARÁGRAFO SEGUNDO – Nas hipóteses em que seja possível a aplicação das sanções previstas no art. 156, III e IV, da Lei nº 14.133/2021 (impedimento e declaração de inidoneidade), será instaurado processo de responsabilização, na forma do art. 48 e seguintes da Portaria PGR/MPU nº 178, de 13/09/2023.

PARÁGRAFO TERCEIRO – Da decisão da autoridade competente que aplicar as sanções do art. 156, I, II e III, da Lei nº 14.133/2021 caberá recurso, no prazo de **15 (quinze) dias úteis**, contados da intimação do acusado, na forma do art. 64 e seguintes da Portaria PGR/MPU nº 178, de 13/09/2023.

PARÁGRAFO QUARTO – Esgotados os recursos administrativos, a aplicação das sanções, bem como a extinção contratual unilateral, serão registradas no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS, no Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP e no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DO VÍNCULO EMPREGATÍCIO

Os empregados e prepostos da CONTRATADA não terão qualquer vínculo empregatício com a CONTRATANTE, correndo por conta exclusiva da CONTRATADA todas as obrigações decorrentes da legislação trabalhista, inclusive as fixadas em norma coletiva de trabalho, previdenciária, fiscal e comercial, as quais se obriga a saldar.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – É vedada a prestação de serviços por empresas que tenham como sócios, gerentes ou diretores, membro ou servidor, este quando ocupante de cargo de direção, do Ministério Público da União, bem como seus cônjuges, companheiros ou parentes até o terceiro grau, inclusive, conforme dispõe o art. 3º da Resolução/CNMP nº 37/2009, do Conselho Nacional do Ministério Público.

PARÁGRAFO SEGUNDO – Nos termos do art. 4º da Resolução/CNMP nº 37/2009, do Conselho Nacional do Ministério Público, é vedada a prestação de serviço por empregados de empresas fornecedoras de mão de obra que sejam parentes até o terceiro grau dos respectivos membros ou servidores dos órgãos contratantes do Ministério Público da União e dos Estados, observando-se, no que couber, as restrições relativas à reciprocidade entre os Ministérios Públicos ou entre estes e órgãos da administração pública direta ou indireta, federal, estadual, distrital ou municipal.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DO PROTOCOLO ADMINISTRATIVO ELETRÔNICO

Todo e qualquer documento relativo ao objeto deste contrato emitido pela CONTRATADA durante a vigência da contratação (nota fiscal, fatura, relatório, declaração, requerimento,



MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO
PROCURADORIA REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO

CONTRATO Nº XX/2026

etc.), deverá ser apresentado por meio do PROTOCOLO ADMINISTRATIVO ELETRÔNICO, disponível no item SERVIÇOS do menu no portal da CONTRATANTE (<https://protocoloadministrativo.mpt.mp.br/login>).

PARÁGRAFO PRIMEIRO – Para utilização do protocolo administrativo eletrônico, a CONTRATADA deverá efetuar seu pré-cadastro e tomar as demais providências indicadas nas orientações disponíveis no portal referido no *caput* desta cláusula.

PARÁGRAFO SEGUNDO – Por ocasião do protocolo administrativo eletrônico de cada documento, a CONTRATADA deverá indicar o número do Processo de Gestão Administrativa (PGEA) relativo ao seu contrato, informado pela CONTRATANTE, além de cumprir todas as exigências quanto a prazo e forma para apresentação de documentos, expressas neste instrumento e no termo de referência anexo.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DA EXPEDIÇÃO ELETRÔNICA DE DOCUMENTOS

O envio de documentos da CONTRATANTE à CONTRATADA será efetuado por meio de expedição eletrônica no processo de gestão administrativa (PGEA) autuado para acompanhamento da execução do objeto deste contrato.

PARÁGRAFO ÚNICO – Durante a vigência do contrato, a CONTRATADA deverá comunicar à CONTRATANTE eventuais alterações em seus dados cadastrais, tais como e-mail, número de telefone, endereço, dados bancários, entre outros.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DA LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS

A CONTRATADA declara que tem ciência da existência da Lei nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD) e se compromete a adequar todos os procedimentos internos ao disposto na legislação com o intuito de proteger os dados pessoais repassados pela CONTRATANTE.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – É vedado à CONTRATADA a utilização de todo e qualquer dado pessoal repassado em decorrência da execução contratual para finalidade distinta daquela do objeto da contratação, sob pena de responsabilização administrativa, civil e criminal.

PARÁGRAFO SEGUNDO – A CONTRATADA se compromete a manter sigilo e confidencialidade de todas as informações – em especial os dados pessoais e os dados pessoais sensíveis – repassados em decorrência da execução contratual, em consonância com o disposto na LGPD, sendo vedado o repasse das informações a outras empresas ou pessoas, salvo aquelas decorrentes de obrigações legais ou para viabilizar o cumprimento do instrumento contratual.



MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO
PROCURADORIA REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO

CONTRATO Nº XX/2026

PARÁGRAFO TERCEIRO – A CONTRATADA responderá administrativa e judicialmente caso causar danos patrimoniais, morais, individuais ou coletivos, aos titulares de dados pessoais repassados em decorrência da execução contratual, por inobservância à LGPD.

PARÁGRAFO QUARTO – Em atendimento ao disposto na LGPD, a CONTRATANTE, para a execução do serviço objeto deste contrato, tem acesso a dados pessoais dos representantes da CONTRATADA, tais como número do CPF e do RG, endereço eletrônico e cópia do documento de identificação.

PARÁGRAFO QUINTO – A CONTRATADA fica obrigada a comunicar à CONTRATANTE em até 24 (vinte e quatro) horas qualquer incidente de acessos não autorizados aos dados pessoais, situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito, bem como adotar as providências dispostas no art. 48 da LGPD.

PARÁGRAFO SEXTO – A CONTRATADA, quando do encerramento do contrato, exceto se abrangidos pelo disposto nos incisos do art. 16 da LGPD, fica obrigada a eliminar todos os dados pessoais obtidos em razão da execução do contrato. A CONTRATANTE deverá ser formal e justificadamente comunicada da eventual impossibilidade da eliminação de dados pessoais que não se enquadrem na hipótese legal acima mencionada.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DO FORO

As questões judiciais oriundas do presente contrato serão dirimidas pela Justiça Federal – Seção Judiciária de São Paulo.

E por estarem de acordo, depois de lido e achado conforme, foi o presente contrato lavrado e assinado pelas partes abaixo.

São Paulo, *data da assinatura eletrônica*.

assinatura eletrônica
CONTRATANTE

assinatura eletrônica
CONTRATADA

ANEXOS DO CONTRATO:
Termo de Referência
Proposta Comercial



MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO
PROCURADORIA REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO/SP

TERMO DE REFERÊNCIA

PGEA Nº 20.02.0200.0000559/2026-52

1. DEFINIÇÃO DO OBJETO

1.1. Contratação de empresa especializada para prestar serviços continuados de controle preventivo de vetores e pragas urbanas, compreendendo a desinsetização, desratização e descupinização, a serem prestados em 2 fases, com intervalo de 6 (seis) meses entre elas, nas dependências internas e externas das unidades da Procuradoria Regional do Trabalho da 2ª Região, incluindo toda a mão de obra, equipamentos, materiais, insumos, EPIs, necessários, de acordo com as exigências deste Termo de Referência, pelo critério de menor preço global.

1.2. Ramo de atividade predominante na contratação: Grupo 943 – Serviços de (Catálogo de Compras do Governo Federal, disponível em <https://catalogo.compras.gov.br/cnbs-web/busca>) – CATSER 943 (código 3417).

1.3. O objeto da contratação se enquadra na definição de serviços comuns e serviços contínuos, previsto no art. 6º inciso XIII da Lei nº 14.133/2021 previstos respectivamente no art. 6º incisos XIII e XV da Lei nº 14.133/2021.

1.4. O contrato terá período de vigência por 1 (um) ano, prorrogável sucessivamente, respeitada a vigência máxima decenal, de acordo com as condições estabelecidas no item 10 deste Termo de Referência;

2. FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

2.1. A contratação visa preservar as dependências dos imóveis da Procuradoria e garantir boas condições sanitárias e ambientais adequadas, mantendo o controle biológico de insetos voadores ou não (mosquitos, pernilongos, baratas, traças, formigas, pulgas e cupins) aracnídeos (aranhas, carrapatos, ácaros e escorpiões) e ratos roedores;

2.2. Este Termo de Referência utiliza os dados constantes no Documento de Formalização da Demanda - DOD, sendo dispensado a elaboração do Estudo Técnico Preliminar – ETP em razão do valor máximo estimado, conforme faculdade prevista no Inciso I do art. 14 da Instrução Normativa SEGES/ME no. 58/2022;

2.3. Os serviços especificados neste Termo de Referência possuem padrões de desempenho e qualidade que podem ser objetivamente definidos por meio deste documento, bem como possuem especificações usuais de mercado.

2.3.1 A continuidade dos serviços faz-se necessária para garantir a eficácia no controle de



MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO
PROCURADORIA REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO/SP

pragas, uma vez que os produtos utilizados possuem prazo de ação limitado e sofrem degradação natural ao longo do tempo. Além disso, fatores como mudanças climáticas, acúmulo de resíduos, circulação de pessoas e mercadorias e possíveis focos externos favorecem a reinfestação gradual do ambiente. A manutenção periódica previne a proliferação de insetos e roedores, reduz riscos à saúde, evita danos estruturais e assegura o cumprimento das normas sanitárias vigentes, mantendo adequadas as condições de higiene e segurança.

2.4 A Procuradoria Regional do Trabalho da 2ª Região não dispõe de recursos humanos específicos em seu quadro de pessoal para a finalidade pretendida, sendo imprescindível a contratação de empresa especializada na prestação dos serviços de controle preventivo de vetores e pragas urbanas, compreendendo a desinsetização, desratização e descupinização.

2.5 A despesa objeto do presente processo tem previsão no Plano Anual de Aquisições e Contratações – PAAC e compatibilidade com o Plano Plurianual, e, considerando que o objeto possui natureza continuada, cuja contratação deve estender-se por mais de um exercício financeiro, existe previsão de recursos orçamentários específicos que assegurem o pagamento das obrigações decorrentes.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO

3.1. As localidades e as especificações dos serviços estão definidas na Seção I deste Termo de Referência.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4.1. A PROPONENTE deverá:

- a) Atender às exigências e às especificações técnicas constantes neste Termo de Referência e Seção I;
- b) Comprovar sua situação de regularidade jurídica, fiscal e trabalhista, bem como suas qualificações técnica e financeira, na forma descrita no Aviso de Dispensa Eletrônica;
- c) A proponente vencedora deverá apresentar um ou mais atestados de capacidade técnico-operacional, fornecidos por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprovem ter executado serviços compatíveis aos estabelecidos neste Termo de Referência;
- d) A proponente vencedora deverá apresentar: *i)* Licença de funcionamento da empresa aprovada pela vigilância Sanitária ou licença ambiental, conforme estabelecido no art. 5º. da Resolução – RDC No. 52 de 22/10/2009 do Ministério da Saúde; e *ii)* Certificado de Registro do(s) profissional(ais) responsável(eis) técnico(s) e da empresa junto ao Conselho Regional



MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO
PROCURADORIA REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO/SP

correspondente, conforme estabelecido no art. 8º. da Resolução – RDC No. 52 de 22/10/2009 do Ministério da Saúde;

e) O profissional referido no “d” acima, será o responsável técnico pelos serviços objeto da contratação e seu vínculo com a empresa poderá ser demonstrado mediante a apresentação de um dos seguintes documentos: *i)* cópia da carteira de trabalho (CTPS), com registro do contrato de trabalho efetuado pela empresa proponente; *ii)* cópia do contrato social da empresa proponente, no qual o profissional figure como sócio; ou *iii)* no caso de profissional autônomo, cópia do contrato de prestação de serviços celebrado entre a proponente e o profissional, com reconhecimento de firma das partes;

f) Estar sem impedimentos de licitar e contratar com a União, mediante comprovação na forma estabelecida no Aviso de Dispensa Eletrônica;

g) Realizar as declarações em campos próprios do sistema eletrônico; e

h) Apresentar a proposta acompanhada da declaração de não parentesco, conforme modelo constante no Aviso de Dispensa Eletrônica.

4.2. A PROPONENTE poderá:

a) Previamente à oferta de proposta comercial, poderá efetuar VISTORIA nos locais, para conhecimento das condições e demais especificidades da execução dos serviços;

b) A VISTORIA TÉCNICA OPCIONAL poderá ser efetuada por pessoa formalmente designada, cujos dados (nome e documentação) deverão ser informados durante o agendamento feito com antecedência mínima de 02 (dois) dias úteis através do e-mail: prt02.logistica@mpt.mp.br;

c) A VISTORIA TÉCNICA OPCIONAL deverá pautar-se neste Termo de Referência e seus anexos, sem prejuízo de normas técnicas e das boas práticas aplicáveis ao objeto da contratação; e

d) Tendo em vista a faculdade da realização da vistoria, as empresas interessadas não poderão alegar o desconhecimento das condições e grau de dificuldades existentes como justificativa para se eximirem das obrigações assumidas em decorrência da execução do objeto deste Termo de Referência;

e) A VISTORIA TÉCNICA OPCIONAL poderá ser substituída por declaração formal assinada pelo responsável técnico da proponente acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação, consoante art. 63, § 3º, da Lei nº 14.133/2021.

4.3. Quando compatível, a CONTRATADA deverá implementar quesitos de



MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO
PROCURADORIA REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO/SP

sustentabilidade e de economia alinhados às diretrizes e aos objetivos do Plano Logístico Sustentável 2025/2030 do Ministério Público do Trabalho, em consonância com o arts. 5º e 11, IV, da Lei nº 14.133/2021 c/c os arts. 2º, 4º, incs. I, III, VII e VIII, e art. 16 do Decreto Federal nº 7.746/12, especialmente o uso racional dos recursos naturais disponíveis e a redução de desperdícios;

4.4. O fornecimento objeto deste Termo de Referência não poderá ser subcontratado parcial ou totalmente.

5. OBRIGAÇÕES DAS PARTES

5.1. A CONTRATANTE obriga-se a:

- a) Relacionar-se com a CONTRATADA exclusivamente por meio de pessoa por ela indicada;
- b) Prestar as informações e os esclarecimentos necessários ao cumprimento das exigências relativas ao objeto da contratação; e
- c) Efetuar os pagamentos à CONTRATADA na forma e nos prazos previstos neste Termo de Referência, após o cumprimento das exigências contratuais e das formalidades legais.

5.2. A CONTRATADA obriga-se a:

- a) Manter todas as condições de habilitação exigidas para a contratação durante o prazo de vigência do contrato;
- b) Responsabilizar-se integralmente pelo objeto da contratação, nos termos da legislação vigente, executando-o de acordo com as especificações e os prazos constantes deste Termo de Referência;
- c) Executar os serviços em conformidade com as exigências estabelecidas neste Termo de Referência, sendo que o uso de EPIs é obrigatório, bem como com as normas sanitárias e de segurança do trabalho aplicáveis, utilizando-se da melhor técnica e de empregados treinados e qualificados a prestarem os serviços contratados;
- d) Utilizar, na execução dos serviços, somente produtos aprovados pelo Ministério da Saúde devidamente registrados/aprovados pela Anvisa e de produtos ecológicos (sem odor e não prejudiciais à Saúde) nos casos em que a presença contínua de pessoas seja necessária, cuja composição detalhada deverá ser encaminhada à CONTRATANTE, dois dias úteis antes da prestação dos serviços. Quando comprovado que determinado produto já não é mais eficaz, a CONTRATADA deverá substituí-lo por outro de notória eficácia;
- e) Fornecer à CONTRATANTE, com 2 (dois) dias úteis de antecedência, relação com nome e



MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO
PROCURADORIA REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO/SP

número do documento oficial de identidade dos profissionais que executarão os serviços;

f) Durante a execução do objeto contratual nas dependências da CONTRATANTE, manter seus empregados devidamente uniformizados para o desempenho de suas funções, portando documento oficial de identidade e providos de equipamentos de proteção individual adequados aos serviços;

g) Realizar as aplicações adicionais que assegurem a imunização no período de garantia, quando solicitadas, sem custo adicional para a CONTRATANTE;

h) Responder, independentemente da fiscalização e do acompanhamento pela CONTRATANTE, por qualquer dano pessoal ou material decorrente de culpa ou dolo na execução dos serviços objeto da contratação, causado direta ou indiretamente à CONTRATANTE ou a terceiros;

i) Cumprir as orientações do servidor designado pela CONTRATANTE para acompanhar a execução do objeto da contratação;

j) Levar imediatamente ao conhecimento da CONTRATANTE qualquer fato extraordinário ou anormal que ocorra durante o cumprimento do contrato para adoção imediata das medidas cabíveis; e

k) Não transferir, no todo ou em parte, as obrigações decorrentes da contratação.

6. EXECUÇÃO DO OBJETO

6.1. Forma e prazos da execução:

6.1.1. Em cada unidade da CONTRATANTE, os serviços serão executados em duas fases distintas e cada fase terá seu recebimento conforme estabelecido no item 11 deste Termo de Referência:

a) A primeira fase deverá ser agendada com as localidades, em no máximo 05 (cinco) dias úteis, a partir do recebimento da Ordem de Serviço/Nota de Empenho, que será enviada à CONTRATADA por expedição eletrônica de documentos, conforme item 17 deste Termo de Referência e o agendamento do serviço deverá ser informado à CONTRATANTE conforme item 6.1.2 deste Termo de Referência; e

b) A segunda fase deverá ser executada em 6 (seis) meses após a data do recebimento definitivo da primeira fase e o agendamento do serviço deverá ser informado à CONTRATANTE conforme item 6.1.2 deste Termo de Referência;

6.1.2. A CONTRATADA agendará a execução de cada fase com 02 (dois) dias úteis de antecedência, via protocolo administrativo, conforme estabelecido no item 16 deste Termo de



MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO
PROCURADORIA REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO/SP

Referência;

6.1.3. Na impossibilidade de cumprir os prazos estipulados a CONTRATADA deverá, antes de expirado o prazo, solicitar formalmente a prorrogação do prazo e apresentar justificativa a CONTRATANTE, via protocolo administrativo, que poderá ou não acatar o pleito;

6.1.3.1. O pedido de prorrogação será apreciado em até 2 (dias) dias úteis pela fiscalização, que poderá acolher ou não o pedido, com as devidas justificativas. O resultado da análise será enviado à CONTRATADA por expedição eletrônica de documentos, conforme item 17 deste Termo de Referência;

6.1.4. Os serviços em cada unidade deverão ser executados preferencialmente em 01 (um) único dia, ou em até (02) dois quando justificadas medidas específicas de controle, devendo ser informado previamente à CONTRATANTE;

6.1.5. Os serviços deverão ser executados em datas e horário fora do expediente (preferencialmente às sextas feiras, ou aos sábados, domingos ou feriados). No caso de os serviços serem realizados em finais de semana e feriados, caso autorizado pela CONTRATANTE, quaisquer custos adicionais decorrentes, tais como pagamento de horas extras, correrão por conta exclusiva da CONTRATADA;

6.1.6. Os servidores responsáveis pela fiscalização poderão, a qualquer momento, acompanhar a execução dos serviços.

6.2. Garantia:

6.2.1. A CONTRATADA obriga-se a garantir a imunização pelo prazo de 6 (seis) meses, contados a partir da data do recebimento de cada fase;

6.2.2. Para assegurar a imunização durante o período de garantia, a CONTRATADA deverá executar tantas aplicações quantas se fizerem necessárias, sem qualquer custo adicional para a CONTRATANTE;

6.2.3. As aplicações adicionais durante prazo de garantia deverão ser agendadas com a CONTRATANTE no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados do primeiro dia útil seguinte ao do recebimento da notificação para essa finalidade, que será enviada pela CONTRATANTE por expedição eletrônica de documentos, conforme item 17 deste Termo de Referência;

6.2.3.1. A data de agendamento para as aplicações adicionais referida no subitem anterior não deverá ultrapassar 10 (dez) dias corridos, salvo interesse da CONTRATANTE.

7. GESTÃO DA CONTRATAÇÃO



MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO
PROCURADORIA REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO/SP

7.1. A gestão e a fiscalização do contrato serão efetuadas por servidores da CONTRATANTE designados para essa finalidade, em conformidade com o disposto no art. 117 da Lei nº 14.133/2021 e nas normas internas da CONTRATANTE, competindo-lhe, dentre outras atividades:

- a) fiscalizar a execução contratual e zelar pelo atendimento das especificações exigidas e pelo cumprimento dos direitos e obrigações estabelecidos;
- b) comunicar e sanar as deficiências porventura verificadas na execução do objeto contratual;
- c) determinar o que for necessário à regularização de faltas ou defeitos verificados; e
- d) atestar as notas fiscais/faturas quando comprovada a correta execução do contrato para fins de pagamento.

7.2. O acompanhamento e a fiscalização consistem na verificação de conformidade do objeto, de forma a assegurar o perfeito cumprimento das obrigações avençadas;

7.3. A fiscalização exercida pela CONTRATANTE não excluirá ou reduzirá a responsabilidade da CONTRATADA pela completa e perfeita execução do objeto contratual, tampouco restringe a responsabilidade exclusiva da CONTRATADA quanto à integralidade e à correção dos serviços/fornecimentos a que se obrigou, suas consequências e implicações perante terceiros;

7.4. A CONTRATADA declara aceitar, integralmente, todos os métodos e processos de inspeção, verificação e controle a serem adotados pela CONTRATANTE.

8. MEDIÇÃO E PAGAMENTO

8.1. O objeto da contratação discriminado neste Termo de Referência será verificado pela CONTRATANTE quanto a seus aspectos quantitativos e qualitativos para fins de recebimento, o qual observará o disposto no item 11 deste Termo de Referência;

8.2. O pagamento será efetuado após recebimento definitivo de cada fase concluída por localidade, conforme estabelecido no item 11 deste Termo de Referência;

8.3. Cada documento de cobrança (nota fiscal, fatura etc.) deverá ser emitido pela CONTRATADA, após o recebimento definitivo pela CONTRATANTE, em nome da Procuradoria Regional do Trabalho da 2ª Região, CNPJ nº 26.989.715/0033-90, devidamente discriminado, sem emendas ou rasuras, contendo o número e todos os demais dados da Nota de Empenho, sendo uma nota fiscal para cada localidade em que for prestado o serviço, contendo cada número da respectiva nota de empenho e os dados bancários da contratada;



MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO
PROCURADORIA REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO/SP

8.3.1. A empresa optante pelo Simples Nacional, em razão do disposto no art. 4º, XI, e no art. 6º da Instrução Normativa RFB nº 1.234/2012, deverá entregar à CONTRATANTE declaração elaborada em conformidade com o modelo constante do Anexo IV da Instrução Normativa RFB nº 1.234/2012, devidamente assinada por seu representante legal.

8.4. Todos os tributos e contribuições incidentes sobre cada fornecimento deverão estar incluídos no valor total do respectivo documento de cobrança, observada a legislação tributária aplicável à espécie, principalmente aquela pertinente aos órgãos públicos federais;

8.5. Os documentos de cobrança emitidos pela CONTRATADA serão conferidos e atestados pela CONTRATANTE;

8.6. O prazo para pagamento é de 3 (três) dias úteis, contados da data do ateste da CONTRATANTE no documento de cobrança e, no caso de qualquer falta ou incorreção na documentação apresentada pela CONTRATADA, tal prazo será interrompido;

8.7. O pagamento ocorrerá apenas após consulta ao SICAF, bem como após a comprovação da regularidade da empresa (fiscal e perante o Banco Nacional de Devedores Trabalhistas);

8.8. O pagamento será creditado em nome da CONTRATADA, mediante ordem bancária, por meio de depósito em conta corrente por ela indicada;

8.9. A CONTRATANTE promoverá as retenções previstas na legislação pertinente;

8.10. Nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação que lhe for imposta, sem que o atraso decorrente gere direitos a acréscimos de qualquer natureza;

8.11. Na hipótese de aplicação de penalidade de multa, a CONTRATANTE poderá deduzi-la do valor a ser pago à CONTRATADA.

8.12. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a CONTRATADA não tenha concorrido de alguma forma para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela CONTRATANTE será calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula (1):

$$EM = I \times N \times VP \quad (1)$$

Na qual:

EM = Encargos moratórios (R\$);

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga;

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

TX = Percentual da taxa anual = 6%; $I = [(TX / 100)] / 365$; $I = [(6 / 100)] / 365$; $I = 0,00016438$.



MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO
PROCURADORIA REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO/SP

9. FORMA E CRITÉRIO DE SELEÇÃO

9.1. Para a presente contratação será realizado procedimento de dispensa eletrônica, com amparo no art. 75, II da Lei nº 14.133/21, e na Portaria PGR/MPU nº 148, de 7 de dezembro de 2022, em razão do valor total máximo estimado para a contratação;

9.2. Poderão participar do procedimento de dispensa eletrônica pessoas jurídicas que explorem ramo de atividade compatível com o objeto deste Termo de Referência e que atendam às suas exigências;

9.3. Para fins de habilitação, serão exigidos documentos de acordo com o disposto no item 4 deste Termo de Referência e com o especificado no Aviso de Dispensa Eletrônica, em conformidade com o estabelecido na Lei nº 14.133/2021;

9.4. As proponentes somente poderão apresentar proposta para o valor global, abrangendo todas os locais;

9.5. A proponente deverá indicar em sua proposta comercial os preços unitário e total para cada local e o preço global dos serviços, conforme modelo constante do item 5 da Seção I deste Termo de Referência;

9.6. O preço global proposto deverá abranger todas as despesas decorrentes para a execução do objeto da contratação, tais como custos diretos e indiretos, tributos, transporte, seguros, lucro etc.;

9.7. O critério de julgamento será o de menor preço global, atendidas os requisitos estabelecidos neste Termo de Referência e no Aviso de Dispensa Eletrônica;

9.8. O prazo de validade da proposta será de, no mínimo, 90 (noventa) dias, contados da data de sua apresentação;

9.9. As infrações administrativas cometidas no procedimento de dispensa eletrônica de licitação e na execução do contrato ensejam o sancionamento administrativo, de acordo com as disciplinas do item 11, da [Portaria PGR/MPU nº 178/2023](#) e [da Instrução Normativa DG nº 02/2024](#).

9.10. Possíveis indefinições, omissões, falhas ou incorreções das especificações não poderão jamais constituir pretexto para a CONTRATADA cobrar “serviços extras” e/ou alterar a composição de preços. Considerar-se-á, inapelavelmente a CONTRATADA como altamente especializada nos serviços em questão e, por conseguinte, deverá ter computado, no valor global da sua proposta todos os custos diretos e indiretos de serviços, equipamentos, materiais, peças e insumos necessários à perfeitas e completa consecução do OBJETO.



10. CONTRATO ADMINISTRATIVO

10.1. A contratação será regida pela Lei nº 14.133/2021;

10.2. Para a contratação será celebrado contrato, nos termos da minuta anexa ao aviso da dispensa eletrônica que preceder a contratação;

10.3. O período de vigência do contrato será de (1) um ano, a contar da data da assinatura do instrumento contratual.

10.3.1. O período de vigência poderá ser prorrogado sucessivamente, a critério da CONTRATANTE e com a anuência da CONTRATADA, respeitada a vigência máxima decenal, conforme disposto no art. 107 da Lei nº 14.133/2021.

10.3.2. A prorrogação é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a CONTRATANTE, permitida a negociação com a CONTRATADA, e da existência de créditos orçamentários consignados no orçamento aprovado da CONTRATANTE para cada exercício financeiro;

10.3.3. A CONTRATADA não tem direito subjetivo à prorrogação da vigência do contrato;

10.4. O contrato administrativo ficará vinculado a este Termo de Referência, ao Aviso de Dispensa Eletrônica que preceder à contratação e à proposta comercial da proponente vencedora, os quais farão parte do instrumento contratual, independentemente de transcrição;

10.5. A contratada não poderá subcontratar os serviços que constituem o objeto deste Termo de Referência;

10.6. Reajuste dos Preços do contrato:

10.6.1. Os preços inicialmente contratados serão reajustados para mais ou para menos, de acordo com a variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, ou aquele que vier a substituí-lo, no caso de sua extinção, observado o intervalo mínimo de 1 (um) ano, a contar:

a) para o primeiro reajuste, da data da elaboração do orçamento estimativo utilizado pela Contratante para definir os preços máximos aceitáveis no procedimento que preceder a contratação; e



MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO
PROCURADORIA REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO/SP

b) nos reajustes subsequentes, da data dos efeitos financeiros do último reajuste ocorrido.

10.6.2. Para o reajuste, a variação do índice mencionado no subitem 10.6.1 será calculada com base na seguinte fórmula:

$$R = ((I - I_0) / I_0) \times P$$

Onde:

a) para o primeiro reajuste:

R = reajuste procurado;

I = índice relativo ao mês do reajuste;

I₀ = índice relativo ao mês da data do orçamento estimativo;

P = preço atual dos serviços;

b) para os reajustes subsequentes:

R = reajuste procurado;

I = índice relativo ao mês do novo reajuste;

I₀ = índice relativo ao mês do último reajuste efetuado;

P = preço dos serviços atualizado até o último reajuste efetuado.

10.6.3. O pedido de reajuste deverá ser formulado pela Contratada por escrito;

10.6.4. É vedada, por ocasião de pedido de reajuste, a inclusão de serviços não previstos na planilha de custos e formação de preços apresentada com a proposta da CONTRATADA na licitação;

10.6.5. Ocorrerá a preclusão do direito ao reajuste caso a CONTRATADA deixe de requerê-lo antes a extinção do contrato;

10.7. O contrato poderá ser extinto, nos termos do art. 138 da Lei nº 14.133/21.

11. RECEBIMENTO DO OBJETO

11.1. Os serviços serão recebidos por localidade e fase concluída, pela fiscalização da CONTRATANTE:



MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO
PROCURADORIA REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO/SP

a) Provisoriamente, por ocasião da entrega do comprovante de execução dos serviços conforme item 2.6 da Seção I deste Termo de Referência; e

b) Definitivamente, no prazo de 3 (três) dias úteis, contados da data do recebimento provisório, desde que verificada a adequação dos serviços executados às exigências deste Termo de Referência.

11.2. Constatada pela fiscalização da CONTRATANTE a necessidade de medidas corretivas dos serviços antes do recebimento definitivo, a CONTRATADA deverá adotar as respectivas providências, às suas expensas e sem ônus para a CONTRATANTE, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados a partir do primeiro útil seguinte à data do envio da notificação expedida pela CONTRATANTE, que poderá ser encaminhada por correio eletrônico;

11.3. Concluídas as providências referidas no subitem 11.2, aplicam-se as disposições do subitem 11.1 acima.

12. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

12.1. O cometimento de infrações administrativas no procedimento de dispensa eletrônica de licitação e na execução do contrato ensejam o sancionamento administrativo, de acordo com as disciplinas estabelecidas nos itens abaixo, na [Portaria PGR/MPU nº 178/2023](#) e na [Instrução Normativa DG nº 02/2024](#);

12.2. Com amparo no art. 155 da Lei nº 14.133/2021, o licitante ou o contratado será responsabilizado administrativamente pelas seguintes infrações:

- I - Dar causa à inexecução parcial do contrato;
- II - Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- III - Dar causa à inexecução total do contrato;
- IV - Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- V - Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- VI - Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- VII - Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
- VIII - Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- IX - Fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- X - Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- XI - Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- XII - Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.



MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO
PROCURADORIA REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO/SP

12.2.1. O atraso injustificado no início ou no término da execução dos serviços superior a 10 dias corridos configura inexecução parcial ou total do contrato.

12.3. A critério da CONTRATANTE, com amparo nas disposições do art. 156 da Lei Nº 14.133/2021, poderão ser aplicadas à CONTRATADA as sanções abaixo:

a) advertência formal, somente na hipótese de inexecução contratual parcial do contrato injustificada, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

b) multa de mora, de 0,5% (cinco décimos por cento) por dia, limitada a 10 (dez) dias (5%), sobre o valor atualizado da parcela inadimplida do contrato, pelo atraso injustificado no início ou no término da execução dos serviços, a partir do dia do vencimento do prazo estipulado para cumprimento da obrigação até a data do devido adimplemento;

c) multa sancionatória de até 15% (quinze por cento) no caso de inexecução parcial do contrato, aplicável sobre o valor total atualizado da parcela inadimplida do contrato;

d) multa sancionatória de até 30% (trinta por cento) no caso de inexecução total do contrato, aplicável sobre o valor total atualizado do contrato;

e) impedimento de licitar e contratar no âmbito no âmbito da Administração Pública direta e indireta da União, por período de até 3 (três) anos, definido pela CONTRATANTE, conforme a natureza e a gravidade do inadimplemento contratual, na ocorrência das infrações administrativas previstas nos subitens II, III, IV, V, VI e VII do item 12.2, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

f) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, impedindo a CONTRATADA de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 03 (três) anos e máximo de 06 (seis) anos, na ocorrência das infrações administrativas previstas nos subitens VIII, IX, X, XI e XII do item 12.2, bem como pelas infrações administrativas previstas nos subitens II, III, IV, V, VI e VII do item 12.2 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção especificada na alínea “e” acima.

12.3.1. Os valores utilizados na base de cálculo das multas especificadas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem 12.3 serão atualizados pelo índice IGP-DI (FGV), ou por aquele que vier a substituí-lo, desde o mês da assinatura do contrato até o mês da ocorrência do fato que ensejar o sancionamento;

12.3.2. Será considerado o preço sem atualização na eventualidade de variação negativa do índice indicado no subitem anterior;



MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO
PROCURADORIA REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO/SP

12.3.3. A sanção administrativa especificada na alínea “f” do item 12.3 observará as regras estabelecidas no § 6º do art. 156 da Lei nº 14.133/2021;

12.3.4. A aplicação das sanções previstas, em hipótese alguma, não exclui a obrigação da CONTRATADA de reparação integral de eventual dano causado à CONTRATANTE.

12.4. Na aplicação das sanções serão considerados:

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para a Administração Pública;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

12.4.1. As multas sancionatórias serão graduadas conforme critérios previstos na [Portaria PGR/MPU nº 178/2023](#).

12.4.2. As multas serão independentes e, a critério da CONTRATANTE, cumulativas, inclusive com as demais penalidades acima especificadas.

12.5. A licitante ou a contratada sancionada com multa deverá efetuar pagamento no prazo de 15 (quinze) dias úteis, a contar do primeiro dia útil seguinte à data do envio pela CONTRATANTE, da respectiva GRU – Guia de Recolhimento da União, por expedição eletrônica de documentos, conforme item 17 deste Termo de Referência;

12.5.1. Caso o infrator sancionado não efetue o recolhimento da GRU, o valor da multa aplicada será descontado dos créditos que a contratada tiver direito, decorrentes do mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o interessado possua com a Procuradoria Regional do Trabalho da 2ª Região;

12.5.2. Na impossibilidade de ser efetuado o desconto na forma prevista no subitem anterior, a Procuradoria Regional do Trabalho da 2ª Região providenciará a inclusão do débito no Cadastro Informativo de Créditos Não Quitados do Setor Público Federal – CADIN – e encaminhará cópia do respectivo processo à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional para inscrição na dívida ativa da União.

12.6. Na eventualidade de aplicação de qualquer sanção à CONTRATADA são asseguradas a apresentação de defesa prévia e a interposição de recurso administrativo, consoante disposições do art. 157 e do art. 158 da Lei Nº 14.133/2021 e da [Portaria PGR/MPU nº 178/2023](#).

13. VALORES MÁXIMOS ACEITÁVEIS E ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA



MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO
PROCURADORIA REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO/SP

13.1. Para a presente contratação será realizado procedimento de dispensa eletrônica em razão do valor total máximo estimado, conforme previsto no art. 75, II da Lei nº 14.133/21, e disciplinado na Portaria PGR/MPU nº 148, de 7 de dezembro de 2022;

13.2. O valor máximo aceitável para o preço global da contratação foi definido de acordo com o resultado de pesquisa de mercado realizada em conformidade com o disposto no art. 23 da Lei nº 14.133/2021;

13.3. Valores máximos aceitáveis para o preço global e para os preços unitários:

Descrição		Prestação dos serviços de controle preventivos de vetores e pragas urbanas, compreendendo a desinsetização, desratização e descupinização, pelo critério de menor preço global, a serem prestados em 02 fases, incluindo toda a mão de obra, equipamentos, materiais, insumos, EPIs etc. necessários, de acordo com as exigências deste termo de referência, nas dependências (áreas internas e externas), das Unidades da Procuradoria Regional do Trabalho da 2ª Região.			
Local		Unidade / Endereço	No. Fases	Valor por fase [R\$/Fase]	Valor total por imóvel [R\$]
1	SEDE	Procuradoria Regional do trabalho da 2ª. Região. Rua Cubatão, 322, Bairro: Vila Mariana (Metrô Paraíso) - São Paulo/SP - CEP 04013-001.	2	R\$ 1.636,09	R\$ 3.272,18
2	BARUERI	Procuradoria do Trabalho no Município de Barueri. Rua Rio Grande do Sul, 181, Bairro: Boa Vista - Barueri/SP - CEP 06411-060.	2	R\$ 500,00	R\$ 1.000,00
3	GUARULHOS	Procuradoria do Trabalho no Município de Guarulhos. Rua Rafael Balzani, 161, Bairro Vila Moreira - Guarulhos/SP- CEP 07020-091.	2	R\$ 500,00	R\$ 1.000,00
4	MOGI DAS CRUZES	Procuradoria do Trabalho no Município de Mogi das Cruzes. Rua Professora Leonor de Oliveira Melo, 159, Bairro: Jardim Santista - Mogi das Cruzes/SP - CEP 08730-140.	2	R\$ 500,00	R\$ 1.000,00
5	SANTOS	Procuradoria do Trabalho no Município de Santos. Av. Conselheiro Nébias, 444, 12º andar do Edifício Legacy Tower, Bairro: Encruzilhada – Santos/SP - CEP: 11045-000.	2	R\$ 743,00	R\$ 1.486,00
6	SBC	Procuradoria do Trabalho no Município de São Bernardo do Campo.Rua Silva Jardim,187, 15º andar, Edifício Silva Jardim Business Center, Bairro: Centro - São Bernardo do Campo/SP - CEP: 09715-090.	2	R\$ 453,00	R\$ 906,00
VALOR GLOBAL					R\$ 8.664,18



MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO
PROCURADORIA REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO/SP

13.4. As despesas decorrentes da contratação dos serviços correrão à conta dos recursos específicos consignados no orçamento da Procuradoria Regional do Trabalho da 2ª Região, para o exercício de 2026, cuja demanda está aprovada no PAAC 2026 (Plano Anual de Aquisição e Contratação da PRT02), no elemento despesa 3390-3978 – Limpeza e Conservação.

14. CUMPRIMENTO DA LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS

14.1. A CONTRATADA declara que tem ciência da existência da Lei nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD) e se compromete a adequar todos os procedimentos internos ao disposto na legislação com o intuito de proteger os dados pessoais repassados pela Administração;

14.2. É vedado à CONTRATADA a utilização de todo e qualquer dado pessoal repassado em decorrência da execução contratual para finalidade distinta daquela do objeto da contratação, sob pena de responsabilização administrativa, civil e criminal;

14.3. A CONTRATADA se compromete a manter sigilo e confidencialidade de todas as informações – em especial os dados pessoais e os dados pessoais sensíveis – repassados em decorrência da execução contratual, em consonância com o disposto na LGPD, sendo vedado o repasse das informações a outras empresas ou pessoas, salvo aquelas decorrentes de obrigações legais ou para viabilizar o cumprimento do instrumento contratual;

14.4. A CONTRATADA responderá administrativa e judicialmente caso causar danos patrimoniais, morais, individuais ou coletivos, aos titulares de dados pessoais repassados em decorrência da execução contratual, por inobservância à LGPD;

14.5. Em atendimento ao disposto na LGPD, a Administração, para a execução do serviço objeto deste contrato, tem acesso a dados pessoais dos representantes da empresa contratada, tais como número do CPF e do RG, endereço eletrônico e cópia do documento de identificação;

14.6. A CONTRATADA fica obrigada a comunicar à Administração em até 24 (vinte e quatro) horas qualquer incidente de acessos não autorizados aos dados pessoais, situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito, bem como adotar as providências dispostas no Art. 48 da LGPD;

14.7. A CONTRATADA, quando do encerramento do contrato, exceto se abrigados pelo disposto nos incisos do Art. 16 da LGPD, fica obrigada a eliminar todos os dados pessoais obtidos em razão da execução do contrato. A Administração deverá ser formal e justificadamente comunicada da eventual impossibilidade da eliminação de dados pessoais que não se enquadrem na hipótese legal acima mencionada.



MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO
PROCURADORIA REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO/SP

15. SUSTENTABILIDADE SOCIAL E AMBIENTAL

15.1. Em relação à sustentabilidade social a CONTRATADA deverá:

- a) Não lançar mão, em hipótese alguma e sob quaisquer de suas formas, de critérios preconceituosos ou discriminatórios, por ocasião da admissão ou do desligamento dos seus empregados, observando, em todos os casos, os preceitos de responsabilidade social;
- b) Não explorar trabalho infante juvenil em atenção ao que dispõe o Art. 7º, inc. XXXIII, da Constituição Federal; o Capítulo IV, Título III, da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), os arts. 60 a 69 do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), e o Decreto nº 6.841/2008, que regulamenta os artigos 3º, alínea “d”, e 4º da Convenção 182 da Organização Internacional do Trabalho – OIT; e
- c) Não praticar, de qualquer forma, ações relacionadas com o trabalho análogo ao de escravo ou ao tráfico de pessoas para esse fim, conforme arts. 149, 149-A, inciso II, 203 e 207, todos do Código Penal.

15.2. Em relação à sustentabilidade ambiental a CONTRATADA deverá:

- a) Orientar seus funcionários quanto ao uso consciente dos recursos disponíveis e gerenciamento adequado dos resíduos produzidos;
- b) Proceder ao recolhimento de todos os resíduos descartados, promovendo sua destinação final ambientalmente adequada, de acordo com a Lei n.º 12.305, de 2 de agosto de 2010, o Decreto n.º 5.940, de 25 de outubro de 2006, e a política de descarte da CONTRATANTE; e
- c) Promover a destinação ambiental adequada das pilhas e baterias usadas ou inservíveis, segundo disposto na Resolução Conama n.º 401, de 4 de novembro de 2008, e contribuir para o programa de logística reversa em todo o material empregado a ser descartado, devolvendo-o para o fabricante ou importador, que será responsável pela destinação final ambientalmente adequada, observando-se a existência de acordos setoriais, regulamentos expedidos pelo Poder Público ou termos de compromisso, na forma do art. 15 do Decreto n.º 7.404/2010. O descarte, quando for o caso, será atestado pelo fiscal do contrato, mediante termo de responsabilidade assinado pela CONTRATADA.

16. PROTOCOLO ADMINISTRATIVO ELETRÔNICO

16.1. Todo e qualquer documento relativo ao objeto deste Termo de Referência emitido pela CONTRATADA durante a vigência da contratação (apólice, nota fiscal, fatura, declaração, requerimento etc.) deverá ser apresentado por meio do PROTOCOLO ADMINISTRATIVO



MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO
PROCURADORIA REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO/SP

ELETRÔNICO, disponível no item SERVICOS do menu no portal da CONTRATANTE <https://protocoloadministrativo.mpt.mp.br>);

16.2. Para utilização do PROTOCOLO ADMINISTRATIVO ELETRÔNICO a CONTRATADA deverá efetuar seu pré-cadastro e tomar as demais providências indicadas nas orientações disponíveis no portal referido no subitem anterior; e

16.3. Por ocasião do PROTOCOLO ADMINISTRATIVO ELETRÔNICO de cada documento, a CONTRATADA deverá indicar o número do Processo de Gestão Administrativa (PGEA) relativo à sua contratação, informado pela CONTRATANTE, além de cumprir todas as exigências deste Termo de Referência quanto a prazo e forma.

17. EXPEDIÇÃO ELETRONICA DE DOCUMENTOS

17.1. O envio de comunicações da CONTRATANTE à CONTRATADA será efetuado por meio de expedição eletrônica no Processo de Gestão Administrativa (PGEA) autuado para acompanhamento do contrato relativo à execução do objeto deste Termo de Referência.

18. DISPOSIÇÕES FINAIS

18.1. As questões judiciais decorrentes da contratação tratada neste Termo de Referência serão dirimidas pela Justiça Federal – Seção Judiciária de São Paulo.



MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO
PROCURADORIA REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO/SP

SEÇÃO I

1. OBJETIVO

1.1. Prestação de serviços de controle preventivos de vetores e pragas urbanas, compreendendo desinsetização, desratização e descupinização a serem prestadas em 02 (duas) fases, espaçadas a cada 6 meses, incluindo toda a mão de obra, equipamentos, materiais, insumos, EPIs etc. necessários, nas dependências (áreas internas e externas) das Unidades da Procuradoria Regional do Trabalho da 2ª Região, discriminadas a seguir:

1.1.1. A critério da CONTRATANTE, a segunda fase poderá ser antecipada ou postergada sem ultrapassar o período de vigência contratual.

1.1.2. A CONTRATANTE enviará à CONTRATADA a ordem de serviço para execução de cada fase com antecedência mínima de 05 (cinco) dias úteis.

LOCAL 01 - Sede da Procuradoria Regional do Trabalho Endereço: Rua Cubatão, 322, Bairro: Vila Mariana (Metrô Paraíso) - São Paulo/SP.	
Tipo do imóvel	Edifício comercial onde são exercidas atividade típicas de escritório com atendimento à população em geral.
Metragem	12.320 m ² de área total (interna e externa) composta por: a) 4 (quatro) subsolos; b) térreo e mezanino; c) 14 (catorze) pavimentos de salas de trabalho, sendo o 14º com área parcialmente descoberta; d) 15º pavimento com refeitório, barrilete e parte do sistema de ar-condicionado; e f) 16º pavimento com casa de máquinas do sistema de ar-condicionado e elevador.
Informações complementares do imóvel	a) Entrada acessível somente após envio, via meios eletrônicos, das identificações de funcionários e, veículo se utilizado nas dependências do imóvel sob pena de não ser permitido acesso ao mesmo; b) Altura máxima permitida 2,10m; c) Acesso aos andares 15º e 16º andar somente via escadas; d) Escadas internas nas duas extremidades do imóvel desde o 14º andar ao térreo; e) Ponto de água disponíveis para diluição dos produtos químicos somente nos subsolos; e f) Imóvel encontra-se ocupado.

LOCAL 02 - PTM Barueri Endereço: Rua Rio Grande do Sul, 181, Bairro: Boa Vista - Barueri/SP.	
Tipo do imóvel	Imóvel comercial onde são exercidas atividade típicas de escritório com atendimento à população em geral.
Metragem	650 m ² de área total composta por: a) Um pavimento térreo, edícula e vaga de garagens externa; e b) um pavimento inferior.
Informações complementares	a) Necessário repassar, via meios eletrônicos, dados tanto de funcionários como de veículos sob pena de não ser permitido acesso ao local; e b) Imóvel encontra-se ocupado.

LOCAL 03 - PTM Guarulhos Endereço: Rua Rafael Balzani, 161, Bairro Vila Moreira - Guarulhos/SP.	
Tipo do imóvel	Edifício comercial onde são exercidas atividade típicas de escritório com atendimento à população em geral.



MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO
PROCURADORIA REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO/SP

Metragem	660 m² de área total composta por: a) 1 (um) subsolo; b) 1 (um) pavimento térreo; c) 2 (dois) pavimentos de salas de trabalho; e d) 1 (um) pavimento de arquivo.
Informações complementares	a) Necessário repassar dados tanto de funcionários como de veículos sob pena de não ser permitido acesso ao local; b) Necessidade confirmar com responsável pela unidade disponibilidade vaga de garagem; e c) Imóvel encontra-se ocupado.

LOCAL 04 - PTM Mogi das Cruzes Endereço: Rua Professora Leonor de Oliveira Melo, 159, Bairro: Jardim Santista - Mogi das Cruzes/SP.	
Tipo do imóvel	Imóvel comercial onde são exercidas atividade típicas de escritório com atendimento à população em geral.
Metragem	330 m² de área total composta por: a) Um pavimento térreo com vagas de garagens interna e externa e, uma edícula com varanda; e b) um pavimento superior.
Informações complementares	a) Necessário repassar dados tanto de funcionários como de veículos sob pena de não ser permitido acesso ao local; e b) Imóvel encontra-se ocupado.

LOCAL 05 - PTM Santos Endereço: Av. Conselheiro Nébias, 444, 12º andar do Edifício Legacy Tower, Bairro: Encruzilhada – Santos/SP.	
Tipo do imóvel	Área comercial onde são exercidas atividade típicas de escritório com atendimento à população em geral.
Metragem	554 m² de área total situada em pavimento superior -12º andar:
Informações complementares do imóvel	a) Necessário repassar dados tanto de funcionários como de veículos sob pena de não ser permitido acesso ao local; b) Necessário antes do deslocamento ao imóvel informar com responsável valor do estacionamento (administração privada); e c) Imóvel encontra-se ocupado.

LOCAL 06 - PTM São Bernardo do Campo Endereço: Rua Silva Jardim, 187, 15º andar, Edifício Silva Jardim Business Center, Bairro: Centro - São Bernardo do Campo/SP.	
Tipo do imóvel	Área comercial onde são exercidas atividade típicas de escritório com atendimento à população em geral.
Metragem	444 m² de área total situada em pavimento superior -15º andar;
Informações complementares	a) Necessário repassar dados tanto de funcionários como de veículos sob pena de não ser permitido acesso ao local; b) Necessário informar com responsável disponibilidade de vaga; e c) Imóvel encontra-se ocupado.

2. DESCRIÇÃO GERAL DOS SERVIÇOS

2.1 Os serviços deverão atender os comunicados dos órgãos controladores, fiscalizadores conforme portarias, decreto, resoluções e recomendações em suas últimas atualizações, dentre outras no mínimo:



MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO
PROCURADORIA REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO/SP

a) CVS9 – CENTRO DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA – PORTARIA Nº 09 DE 16 DE NOVEMBRO DE 2000 – Norma técnica para empresas prestadoras de serviço em controle de vetores e pragas urbanas;

b) DECRETO Nº 4.074, DE 4 DE JANEIRO DE 2002 – Regulamenta a Lei nº 14.785, de 27 de dezembro de 2023, que dispõe sobre a pesquisa, a experimentação, a produção, a embalagem e rotulagem, o transporte, o armazenamento, a comercialização, a propaganda comercial, a utilização, a importação, a exportação, o destino dos resíduos e embalagens, o registro, a classificação, o controle, a inspeção e a fiscalização de agrotóxicos, seus componentes e afins, e dá outras providências; e

c) RESOLUÇÃO – RDC Nº 52/2009, DE 22 DE OUTUBRO DE 2009 – Agência Nacional da Vigilância Sanitária – Dispõe sobre o funcionamento de empresas especializadas na prestação de serviço de controle de vetores e pragas urbanas e dá outras providências.

2.2. Todos os trabalhos serão executados por mão de obra capacitada/qualificada, devendo a CONTRATADA aplicar as normas técnicas da ABNT, ANVISA etc. correspondentes a cada serviço constante neste documento;

2.3. Realizar suas atividades utilizando profissionais em número suficiente, cabendo-lhe total e exclusiva responsabilidade pelo integral atendimento de toda a legislação pertinente aos serviços prestados e que lhe atribua responsabilidades, com ênfase na tributária, civil, previdenciária, trabalhista e principalmente às relacionada à segurança e saúde no trabalho;

2.4. Antes de qualquer intervenção deverá ser elaborada uma análise preliminar dos riscos (físicos, químicos, ambientais, ergonômicos, acidentes etc.) envolvidos na atividade a ser realizada, indicando as medidas de controle necessárias a realização segura da atividade, e uma cópia do documento deve ser entregue a fiscalização da CONTRATANTE;

2.5. A CONTRATADA se obrigará pelo fornecimento de todo o instrumental, EPIs e EPCs necessários para a execução dos serviços e todos os itens de segurança e sinalização conforme normas da ABNT e da legislação vigente;

2.5.1. Também fornecer máscaras e luvas de proteção quando da execução dos serviços na Sede (local 01) ao servidor da CONTRATANTE que os acompanharem durante os serviços, bem como aos colaboradores das empresas prestadoras de serviços de vigilância e bombeiro civil (máximo de 02 conjuntos de EPIs);

2.6. Após a conclusão dos serviços a CONTRATADA deverá emitir um comprovante/certificado dos serviços realizados para cada imóvel, conforme data de vigência. Nestes documentos deverão estar devidamente discriminadas os serviços e produtos empregados, em nome da Procuradoria Regional do Trabalho da 2ª Região, CNPJ nº



MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO
PROCURADORIA REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO/SP

26.989.715/0033-90 e de acordo com o Art. 20 da Resolução 52 de 22/10/2009 do Ministério da Saúde.

3. DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS E ÁREAS A SEREM TRATADAS

3.1. Os serviços deverão ser executados em duas fases distintas (a cada 6 meses), consistindo em diferentes tipos de aplicações com objetivo de eliminar pragas urbanas conforme abaixo:

a) Desinsetização por pulverização com inseticida diluído em água visando combate de baratas, moscas, mosquitos, traças e outros insetos (alados) voadores;

b) Desinsetização com gel inseticida no combate de formigas em áreas como copas e refeitórios;

c) Desratização com instalações de iscas sólidas protegidas por abrigos (pontos de proteções) no combate de roedores (ratos); e

d) Descupinização por pulverização específica para eliminação preventiva de possíveis focos de cupins.

3.1.1. Para execução do objeto da contratação, a CONTRATADA deverá executar os serviços:

a) de forma a exterminar todos os insetos e roedores existentes. Os roedores mortos, caso houver, deverão ser removidos pela CONTRATADA ao final da execução dos serviços contratados;

b) Retirar todas as iscas e seus abrigos de proteção mecânica - PPEs (Pontos Permanentes de Envenenamento) danificados ou não, substituindo-os com fornecimento de 30 (trinta) conjuntos iscas e PPEs sendo distribuídos 6 (seis) conjuntos em cada subsolos e 6 (seis) conjunto no térreo; e

c) de acordo com as peculiaridades de cada imóvel, em todos os seus ambientes, tais como: gabinetes, salas, auditórios, escadas, corredores, banheiros, instalações sanitárias, garagens, estacionamentos, depósitos, copas, cozinhas, saguões, halls de entradas, elevadores e fossos, jardins, galerias de esgoto e águas pluviais, áreas abertas das edificações e outros locais determinados pela CONTRATANTE, com aplicação dos produtos no mobiliário em geral (armários, gavetas, mesas, prateleiras), e em portas, portais, rodapés, caixas de gordura, quadros de energia elétrica, grelhas, ralos e esgotos, lixeiras, equipamentos telefônicos, equipamentos eletrônicos, equipamentos de informática, eletrodomésticos, utensílios, estoques, bem como nas demais áreas, mobiliários, equipamentos e utensílios onde a aplicação seja conveniente.



MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO
PROCURADORIA REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO/SP

3.1.2. utilizar as técnicas de aplicação descritas abaixo e produtos incolores, com baixo odor, inofensivos a saúde humana, plantas e jardins, devidamente licenciados pelo órgão Sanitário competente, que não provoquem manchas nas paredes, mobiliários, persianas, painéis e pisos em geral;

3.1.2.1. Técnicas de aplicação:

a) Pulverização (spray) - emprego de bomba com pulverização em leque, de forma a penetrar em todas as frestas e esconderijos de insetos. Aplicações em todos os rodapés (internos e externos), banheiros, portais, caixas de gordura, esgotos, lixeiras, sanitários, ralos, depósitos, salas de trabalho, entre outras;

b) Isca atrativa em gel – utilizada no controle de baratas. Age por ingestão. É aplicada em ambientes sensíveis, sem alterar a rotina local, com equipamento específico para uma correta distribuição das dosagens a fim de não comprometer o ambiente tratado;

c) Sistema de controle de formiga – mediante técnica eficaz, prática, segura e limpa, com produtos de última geração, especialmente formulados para uso em ambiente sensíveis, colocados em pontos estratégicos para eliminação de todas as colônias;

d) Sistema de controle de roedores – realizar prévia e minuciosa inspeção do imóvel, para identificação das espécies de roedores existentes, seguida de determinação da metodologia a ser empregada e utilização de produtos de última geração, com formulação eficaz para o extermínio de roedores e que impeça a ingestão humana;

e) No caso do controle de roedores, a empresa deverá fornecer no local, junto com seus produtos químicos; seus abrigos de proteção mecânica - PPEs (Pontos Permanentes de Envenenamento) e, suas identificações tais como placas ou etiquetas adesivas de identificação como: data de aplicação, validade e produto utilizado; e

f) Para controle biológico de cupins, a Contratada deve aplicar métodos adequados observando a particularidade de cada unidade da Contratante.

3.2. LOCAL 01 – Descrição complementar dos serviços:

3.2.1. Desinsetização por pulverização aplicado junto ao piso / redor de rodapé (cupins, baratas, moscas, mosquitos e demais insetos alados) em:

a) áreas individuais: Casa de máquinas elevadores, central de ar-condicionado (16º andar); Refeitório, área de descanso, barrilete e salas 1 e 2 de exaustão (15ºandar); Gabinetes 1401 a 1405 e área externa descoberta (14ºandar); Salas e antes de gabinetes de finais 01 a 12 (13º ao 8º andar); Salas 701 a 706 e áreas de trabalho (7ºandar); Salas 601 a 610 (6º andar);



MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO
PROCURADORIA REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO/SP

Salas 501 a 505 e áreas de trabalho (5º andar); Salas 401 e 402 e áreas de trabalho (4º andar); Auditório e estúdio (3º andar); Salas 201 a 204 e área atendimento ao público (2º andar); Salas 101 a 109 (1º andar); Sala CFTV e bomba de pressurização escadas (Mezanino); Recepção e área externa coberta (Térreo); Grupo Gerador, CPD, salas diversas, (1ºss); Vestiários masculino e feminino, sala exaustores 1 e 2, (2ºss); Arquivo morto, depósitos, (3ºss); e Casa de bombas; sala de manutenção, ralos e tampas poços de água servida e esgoto (4ºss); e

b) áreas comuns: Hall elevadores: 14º andar ao 4º Subsolo; Hall gabinetes: 14º andar ao 8º andar; Banheiros masculino e feminino: 15º andar ao 2º subsolo, exceto Térreo; Banheiros PNEs: 14º andar ao 1º andar; Estações de trabalho: 7º andar ao 4º andar; Garagens (perímetro): 1º subsolo ao 4º subsolo; Lance duplo de escada (esquerda e direita) 14º ao térreo; Lance único de escada: 14º ao 16º e, térreo ao 4º subsolo e Perímetro das garagens (1º subsolo ao 4º subsolo).

3.2.2. Aplicação de gel (específico contra formigas) em portas de armários e, abaixo de espelhos de tomadas instalados em pias do refeitório (15º andar) e nas copas (14º ao 1º andar); e

3.2.3. Desratização com uso de iscas sólidas protegidas por abrigo mecânico no térreo e garagens (1º subsolo ao 4º subsolo).

3.3. LOCAL 02 - Descrição complementar dos serviços:

a) Serviços de desinsetização (cupins, baratas, moscas, mosquitos e demais insetos alados) nos gabinetes, salas comuns e audiências, corredores, recepção, banheiros masculino e feminino (pavimento térreo), CPD, vestiários masculino e feminino, arquivo, depósitos e copa (pavimento inferior);

b) Aplicação de gel (específico contra formigas) em portas de armários e espelho de tomadas ao redor de pia instalada em copa (pavimento inferior); e

c) Desratização com uso de iscas sólidas protegidas por abrigo mecânico em pontos estratégicos como salas, área coberta atrás da cabine de entrada (pavimento térreo) e, garagem e pátio coberto (pavimento inferior).

3.4. LOCAL 03 - Descrição complementar dos serviços:

a) Serviços de desinsetização (cupins, baratas, moscas, mosquitos e demais insetos alados) na recepção, salas de audiências, CPD, escadas, gabinetes, áreas de serviços corredor, banheiros e vestiários masculinos e feminino, vaga de garagem coberta (pavimento subterrânea) varadas;

b) Aplicação de gel (específico contra formigas) nas portas de armários e espelho de tomadas



MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO
PROCURADORIA REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO/SP

ao redor de pia instalada em copa (2º pavimento); e

c) Desratização com uso de iscas sólidas protegidas por abrigo mecânico em pontos estratégicos como recepção, salas de audiências e garagem coberta (pavimento inferior).

3.5. LOCAL 04 - Descrição complementar dos serviços:

a) Serviços de desinsetização (cupins, baratas, moscas, mosquitos e demais insetos alados) na recepção, salas comuns e de audiências, corredor, secretaria, edícula (almoxarifado), banheiros e vestiários masculinos e feminino, vaga de garagem coberta (pavimento térreo), nos gabinetes, CPD, banheiros masculino e feminino, varanda (pavimento superior);

b) Aplicação de gel (específico contra formigas) nas portas de armários e espelho de tomadas ao redor de pia instalada em copa (pavimento térreo); e

c) Desratização com uso de iscas sólidas protegidas por abrigo mecânico na sala de audiência, segurança, secretaria, área coberta de garagem e almoxarifado (pavimento térreo).

3.6. LOCAL 04 - Descrição complementar dos serviços:

a) Desinsetização por pulverização junto ao piso / redor de rodapé (cupins, baratas, moscas, mosquitos e demais insetos alados) no hall de entrada, corredores internos, recepção, CPD, salas comuns, de audiências e perícia, gabinetes, secretaria, copa, banheiros e vestiários masculino e feminino, arquivo, despensa, áreas técnicas (abrigo das condensadoras de ar); e

b) Aplicação de gel (específico contra formigas) nas portas de armários e espelho de tomadas ao redor de pia instalada em copa (pavimento térreo).

3.7. LOCAL 05 - Descrição complementar dos serviços:

a) Desinsetização por pulverização junto ao piso / redor de rodapé (cupins, baratas, moscas, mosquitos e demais insetos alados) no hall de entrada, corredores internos, recepção, CPD, salas comuns, de audiências e de atendimento ao cidadão, gabinetes, secretaria, perícia, banheiros e vestiários masculino e feminino, áreas técnicas (abrigo das condensadoras de ar); e

b) Aplicação de gel (específico contra formigas) nas portas de armários e espelho de tomadas ao redor de pia (Copa).



MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO
PROCURADORIA REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO/SP

4. CONTATOS LOCALIDADES

Unidade	E-mail	Horário	Responsável	Contato
		funcionamento		
PRT2 - Sede	prt02.logistica@mpt.mp.br	das 9h às 16h	Fábio/Carolina	(11) 3166-3000
PTM - Barueri	prt02.ptm2@mpt.mp.br	das 9h às 16h	Clerio/Jamile	(11) 3720-8000
PTM - Guarulhos	prt02.ptm5@mpt.mp.br	das 9h às 16h	Silvia/Alexandre	(11) 3650-7000
PTM – Mogi das Cruzes	prt02.ptm4@mpt.mp.br	das 9h às 16h	Reinaldo/Théo	(11) 3650-7700
PTM - Santos	prt02.ptm3@mpt.mp.br	das 9h às 16h	Márcia/Renata	(11) 3131-6500
PTM – São Bernardo do Campo	prt02.ptm1@mpt.mp.br	das 9h às 16h	Maurício/Marco	(11) 3650-8400



MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO
PROCURADORIA REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO/SP

5. TABELA DE PREÇOS PARA A PROPOSTA COMERCIAL

5.1. A proponente vencedora deverá apresentar com sua proposta a tabela abaixo devidamente preenchida com os preços dos serviços (preço unitário e total por imóvel e preço global).

Local		Unidade / Endereço	No. Fases	Preço unitário (por fase) [R\$/Fase]	Preço total por imóvel [R\$]
1	SEDE	Procuradoria Regional do trabalho da 2ª. Região. Rua Cubatão, 322, Bairro: Vila Mariana (Metrô Paraíso) - São Paulo/SP - CEP 04013-001.	2	R\$	R\$
2	BARUERI	Procuradoria do Trabalho no Município de Barueri. Rua Rio Grande do Sul, 181, Bairro: Boa Vista - Barueri/SP - CEP 06411-060.	2	R\$	R\$
3	GUARULHOS	Procuradoria do Trabalho no Município de Guarulhos. Rua Rafael Balzani, 161, Bairro Vila Moreira - Guarulhos/SP- CEP 07020-091.	2	R\$	R\$
4	MOGI DAS CRUZES	Procuradoria do Trabalho no Município de Mogi das Cruzes. Rua Professora Leonor de Oliveira Melo, 159, Bairro: Jardim Santista - Mogi das Cruzes/SP - CEP 08730-140.	2	R\$	R\$
5	SANTOS	Procuradoria do Trabalho no Município de Santos. Av. Conselheiro Nébias, 444, 12º andar do Edifício Legacy Tower, Bairro: Encruzilhada – Santos/SP - CEP: 11045-000.	2	R\$	R\$
6	SÃO BERNARDO DO CAMPO	Procuradoria do Trabalho no Município de São Bernardo do Campo. Rua Silva Jardim, 187, 15º andar, Edifício Silva Jardim Business Center, Bairro: Centro - São Bernardo do Campo/SP - CEP: 09715-090.	2	R\$	R\$
PREÇO GLOBAL					R\$